

Senadores acreditam em mudanças após a marcha

Ou porque resultados positivos da política econômica atualmente implementada irão aparecer, ou porque o governo se curvará ao clamor das ruas, parlamentares acreditam que uma das tendências é a retomada do crescimento



Ao fazerem ontem uma avaliação da marcha de protesto que trouxe milhares de pessoas a Brasília, alguns senadores da base governista reconheceram que têm ocorrido vários erros na condução da economia

A manifestação realizada ontem em Brasília contra a política econômica e pela abertura de uma CPI para apurar a privatização da Telebrás terá desdobramentos importantes, prevêem diversos parlamentares. Senadores da situação e da oposição acreditam que, seja pela pressão popular ou por iniciativa própria, o governo tende, por exemplo, a dar mais ênfase à retomada do crescimento.

PÁGINAS 4 E 5

ACM diz que oposição não conseguiu cumprir meta

Para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a oposição ficou bem distante do seu objetivo de reunir na marcha pelo menos 100 mil pessoas. Na estimativa dele, os manifestantes não passaram de 30 mil.

PÁGINA 2

Técnica do Ipea defende programa de renda mínima

O programa de renda mínima é a melhor alternativa para reduzir a pobreza no Brasil, afirmou ontem a técnica Lena Lavinás, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), à comissão mista especial criada para encontrar soluções para o problema da miséria.

PÁGINA 3



NOVE MATÉRIAS FORAM APROVADAS NESTA SEMANA

PÁGINA 8

Uma das propostas aprovadas pelo plenário acaba com as coligações nas eleições proporcionais

ACM diz que popularidade do governo pode melhorar

Presidente do Senado considera que ato organizado pela oposição foi “um fracasso” e que, aliado a medidas previstas para o próximo mês, contribuirá para aumentar a aprovação popular ao presidente Fernando Henrique Cardoso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, estimou que no máximo 30 mil pessoas participaram da marcha promovida ontem na Esplanada dos Ministérios pelos partidos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso e entidades sindicais. Afirmando que acompanhou a movimentação desde cedo, Antonio Carlos considerou o ato “um fracasso”.

— A oposição esperava 100 mil pessoas. Para isso mobilizaram ônibus e muita gente do entorno de Brasília. Foi um fracasso. Serve como exemplo de que não se deve fazer manifestações sem motivo. Quando houver motivo grave, embora eu acredite que não vá existir, eles certamente poderão

fazer uma coisa melhor — afirmou Antonio Carlos.

Na avaliação do presidente do Senado, a “Marcha dos 100 Mil” poderá, junto com algumas medidas que o governo deverá anunciar no próximo mês, contribuir para que os índices de popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso melhorem. Ele explicou que a manifestação colocou em campos contrários os opositoristas, “que querem a perturbação da ordem, e o presidente, que age dentro da ordem, da disciplina e da democracia”.

Antonio Carlos opinou que a manifestação da oposição não deve interferir nos rumos do governo. Por outro lado, ele disse que o governo poderá mudar sua forma de atuação se achar



Antonio Carlos: “Congressistas devem buscar soluções comuns para os problemas do país”

que é necessário flexibilizar algo na área econômica para se dedicar mais ao social. “Mas isso é uma decisão de governo, independente da manifesta-

ção de hoje. Pela manifestação, não se muda nada”, defendeu.

Sobre os reflexos que a “Marcha dos 100 Mil” poderia trazer para o rela-

cionamento entre a base do governo e a oposição no Congresso, Antonio Carlos disse que nada deve mudar e que o papel dos congressistas é conversar, dialogar e tentar encontrar, sempre que possível, denominadores comuns na busca das soluções para os problemas do país.

O problema da fome e da miséria também foi abordado pelo presidente do Senado. Ele disse que há muito tempo tem defendido que a economia tem que ser estável, mas que estabilidade não quer dizer inflexibilidade. Antonio Carlos completou afirmando que a estabilidade deve ser flexível no momento atual, em benefício do social, para amenizar as dificuldades que a população vem enfrentando.

“Pesquisas de opinião são mais representativas que a marcha”

Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, a manifestação de protesto que se realizou na Esplanada dos Ministérios foi um erro das oposições:

— Acho que até elas já avaliam isso, mas não tiveram como voltar atrás.

O senador destacou que as pesquisas de opinião “são mais representativas do que a marcha organizada por partidos de oposição e entidades da sociedade civil”. Ele acrescentou que “o PT é um partido articulado e cer-

tamente sabe fazer melhor que isso”.

Antonio Carlos Magalhães destacou que “já passou o tempo dos golpes e apenas pelas vias normais (urnas) é possível tirar um presidente que não fez nada de errado para ser retirado

do poder”. O senador defendeu um diálogo permanente entre situação e oposição, “principalmente em uma Casa como o Congresso Nacional”.

Quanto à coleta de assinaturas em favor de uma comissão parlamentar

de inquérito (CPI) para investigar a privatização da Telebrás — que, segundo a oposição, já atingiu cerca de um milhão de assinaturas —, Antonio Carlos afirmou que “só quem nunca fez política dá valor a abaixo-assinado”.



Antonio Carlos Magalhães conversa com os senadores Álvaro Dias e o ex-governador do Paraná Paulo Pimentel

Lideranças do Paraná debatem quadro estadual

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ex-governador do Paraná Paulo Pimentel, que atualmente participa da direção do PFL no estado. Em companhia dos senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, ambos do PSDB paranaense, Pimentel aproveitou a visita para conversar com Antonio Carlos

a respeito do quadro político nacional e da situação político-partidária no Paraná.

O ex-governador pediu ao senador para marcar a data da solenidade de entrega do título de Cidadão Paranaense a Antonio Carlos. A distinção já foi aprovada pela Assembléia Legislativa do estado.

Para senador, CPI da Telebrás está sendo usada “para fazer onda”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem à tarde que não existe nenhuma predisposição da base governista no Congresso em dificultar a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o processo de privatização das empresas do sistema Telebrás:

— Não há nada a esconder. Mas querer parar o país por causa de uma CPI desnecessária, para fazer onda com a política de “Fora FHC”, o Congresso não vai nessa linha — disse Antonio Carlos.

Sobre a oposição anunciar ter 1,6 milhão de assinaturas pedindo a criação da CPI da Telebrás, Antonio Carlos lembrou que para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito é preciso a vontade de um terço dos congressistas do Senado e da Câmara dos Deputados.

“Esta é a maneira regimental e constitucional de fazer”, destacou.

Ele lembrou a manifestação dos produtores rurais iniciada na semana passada e lamentou o procedimento dos agricultores, que, segundo ele, teriam contratado caminhões e pessoas para engrossar o movimento:

— A agricultura tem que ter até mesmo subsídio, mas para aqueles que realmente precisam de subsídio. Agora querer viver a vida inteira com calote, isso não se pode aceitar. Até porque é desigual em relação aos contribuintes — advertiu Antonio Carlos.

UNIVERSIDADE

O presidente do Senado disse ainda que o país poderá melhorar se souber escolher melhor os seus gastos. Como exemplo de recursos mal utilizados ele citou as universidades

públicas, cuja maioria dos seus alunos teriam condições de pagar pelo ensino. Antonio Carlos disse que não entende o ensino superior ser de graça para filhos de famílias ricas:

— Universidade pública gratuita é para quem não pode pagar. Mas o que se dá é o contrário. Os mais pobres vão para as universidades privadas, pagando o que não podem. Os que têm maior poder econômico fazem cursos especiais, têm mais chances de passar no vestibular e não pagam nada ao erário — comentou Antonio Carlos.



SEXTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Atenção à saúde indígena entra em pauta na terça-feira

O Senado realiza sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, devendo votar projeto originário da Câmara dos Deputados instituindo um subsistema de atenção à saúde indígena, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme a proposição, que foi relatada favoravelmente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador Tião Viana (PT-AC), caberá à União, com recursos próprios, financiar esse serviço.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), que relatou a matéria favoravelmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), salientou que o projeto, de autoria do ex-deputado Sérgio Arouca, é uma tentativa de garantir o atendimento público de saúde àquelas populações, mediante "um tratamento diferenciado, mas sem apartação".

Na mesma sessão, o Senado realiza o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que criou o Ministério da Defesa e os comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Também deverá ser votado projeto que outorga à Beija-flor Radiodifusão permissão para explorar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Oiapoque (AP). Na Comissão de Educação, o relator Ney Suassuna (PMDB-PB) deu parecer favorável à matéria.

Congresso vai apreciar vetos presidenciais a 31 projetos

O Congresso reúne-se na próxima quarta-feira, às 10h, para examinar vetos do presidente da República a 31 projetos de lei, entre eles o que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas e o que prevê a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros da União para os estados e municípios.

Estão também na pauta projetos dispondo sobre o preço de comercialização da gasolina de aviação; a anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais; a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal; a política nacional de salários e o salário mínimo; a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo; e a reorganização das classes da carreira policial federal.

Economista defende renda mínima

O melhor caminho para reduzir a pobreza no Brasil, disse ontem Lena Lavinas, do Ipea, é a adoção de programas como os implantados no Distrito Federal e em Belo Horizonte

A saída para diminuir drasticamente a pobreza no Brasil é a adoção de um programa de renda mínima. Foi o que afirmou ontem a pesquisadora Lena Lavinas, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), durante debate na Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas da pobreza e encontrar soluções para o problema.

Lena Lavinas acompanhou o desenvolvimento dos programas de renda mínima de Belo Horizonte e do Distrito Federal e verificou que os resultados foram muito bons. Ela criticou em sua exposição inicial os programas do tipo compensatórios ou assistencialistas, como a distribuição gratuita e a venda subsidiada de cestas básicas, classificando-os de pouco eficazes (não elevam significativamente o número de calorias consumidas), economicamente inviáveis e sujeitos a fraudes.

— As pessoas beneficiadas sabem como alocar o dinheiro para atender suas necessidades e montar estratégias para buscar mais renda com atividades econômicas — disse a pesquisadora.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP),



Lenas Lavinas participou de debate promovido pela comissão contra a miséria

autor de um projeto de lei prevendo a instituição da renda mínima, pediu a Lena que opinasse sobre a melhor forma de se implementar essa modalidade de política social. Segundo a estudiosa, o formato do programa deve ser adequado ao público e à região atendidos.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), vice-presidente da comissão, um programa de renda mínima

deve estar associado a outras políticas sociais. Já o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) pregou a utilização de cestas básicas com produtos regionais. O relator da comissão, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), elogiou o trabalho de Lena Lavinas por estar solidamente fundamentado em estatísticas.

No final da reunião, Agnelo Alves alertou para o ritmo lento dos tra-

balhos da comissão, antevedendo que 90 dias poderão não ser suficientes para o cumprimento das metas. Marina Silva, que presidia a sessão, depois da saída do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), informou que na próxima quinta-feira poderá ser discutida mudança na periodicidade das reuniões. Há sugestões de que a comissão se reúna às terças e quartas-feiras, e não mais às quintas-feiras.

Patrocínio sugere prioridade à geração de empregos

A proposta de combate à pobreza apresentada pelo presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, poderá erradicar a miséria em uma década, desde que sejam alocados recursos para o setor e a sociedade se engaje efetivamente na concretização do programa, previu ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Para ele, além disso, o governo deve propor medidas que favoreçam as populações carentes, como a reforma agrária e a geração de empregos.

— A iniciativa do senador Antonio Carlos representa uma ofensiva enérgica e corajosa contra a presença da miséria no país — disse.

Carlos Patrocínio considerou que é chegado o momento de se abrir uma frente de luta especial contra a pobreza, com a criação de ações e a multiplicação de programas hoje existentes que atendem aos menos favorecidos, envol-



Carlos Patrocínio disse que estatísticas registram 40 milhões de pobres no Brasil

vendo nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar.

No entender do senador, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza,

proposto pelo presidente do Senado, deve caminhar junto com experiências bem-sucedidas na luta contra a miséria organizadas pela iniciativa privada, entidades religiosas e poder público. Como exemplo, citou o programa "Pioneiros-Mirins", adotado em seu estado, o Tocantins, que beneficia cerca de 30 mil crianças.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou sua convicção de que o Orçamento Geral da União é o caminho natural para que sejam destinados recursos à área social, cabendo à Comissão Mista de Orçamento "transformar em realidade e verbas" as decisões tomadas pelo Congresso no combate à pobreza. Sobre essa intervenção de Jucá, Patrocínio expressou seu entendimento de que o Orçamento Geral da União é apenas uma peça autorizativa, cabendo ao governo executar ou não as deliberações do Congresso.

Em outro aparte, o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), disse ser preciso que se acabe "com essa hipocrisia", porque o Orçamento não apenas autoriza, como também fixa despesas.

—O bolo já cresceu o bastante para ser repartido entre a população menos favorecida. Não podemos mais conviver com milhões de miseráveis — declarou.

Também em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que somente com a mudança da atual política econômica o país poderá, realmente, erradicar a miséria.

Patrocínio informou que as mais recentes estatísticas indicam a existência de 40 milhões de pobres no país. E disse que o mero desenvolvimento econômico não é suficiente para resolver as situações de pobreza extrema e de exclusão social existentes no Brasil.

CNBB pede apoio de ACM ao combate à corrupção eleitoral

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jayme Chemello, fez ontem um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que faça gestões no sentido de uma "tramitação rápida da proposta de lei que pretende combater a corrupção eleitoral no país".

A proposta patrocinada pela CNBB, já apresentada na Câmara dos Deputados como iniciativa popular, é um projeto de lei que estabelece restrições rigorosas para a oferta de qualquer vantagem ao eleitor por parte dos candidatos, além de prever inclusive o im-

pedimento da diplomação de eleitos, quando configurado o crime eleitoral.

Ao deixar o gabinete da presidência do Senado, dom Chemello informou que mais de 60 entidades de todo o país estão apoiando a iniciativa, que recebeu o patrocínio formal da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. Segundo o bispo, "o presidente Antonio Carlos foi sensível à proposta e apóia a iniciativa". O senador considerou a questão importante e se comprometeu em apoiar uma tramitação rápida quando o projeto chegar ao Senado, relatou o presidente da CNBB.



Dom Jayme Chemello (centro) solicitou a Antonio Carlos tramitação rápida

CPI quer acabar com evasão fiscal e ouve Everardo na terça

Senadores tentam conhecer proposta do secretário da Receita para evitar que grandes empresas continuem sem pagar Imposto de Renda

A CPI do Sistema Financeiro reúne-se na próxima terça-feira, às 17h, para ouvir as sugestões do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre anteprojeto de lei destinados a fechar as brechas legais que permitem às empresas a redução do imposto de renda a pagar (elisão fiscal).

Maciel prometeu os anteprojeto a comparecer à CPI em 20 de maio, e, como nada enviou, a comissão de inquérito decidiu convocá-lo para a entrega dos documentos. Em seu primeiro depoimento, o secretário provocou surpresa ao revelar que, das 530 maiores empresas brasileiras, metade não paga Imposto de Renda, recorrendo a brechas da legislação. Um levantamento no sistema financeiro revelou que 42% dos 60 maiores bancos nada pagaram no ano passado.



Em seu primeiro depoimento, Everardo Maciel revelou que grandes empresas não pagam IR

Antes de ouvir o secretário da Receita, a CPI fará uma reunião, a portas fechadas, para discutir o que fazer ante as decisões tomadas nos últimos

dias pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que confirmou liminares beneficiando o ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola (ex-Banco Marka). Conforme a decisão do STF, a CPI não podia ter determinado a indisponibilidade de bens e a busca e apreensão de documentos nas empresas de Cacciola.

A CPI ouvirá os dois últimos depoimentos no dia 3 ou 4 de setembro. Será a vez do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que manifestarão suas idéias sobre propostas da CPI para evitar que se repitam fatos como a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favoráveis, aos bancos Marka e FonteCindam, durante a crise cambial de janeiro.

CCJ discute projeto da federação de partidos

A emenda substitutiva que permite a criação de federações de partidos políticos, para que possam fazer jus ao tempo no horário eleitoral gratuito e ao fundo partidário, será discutida em turno suplementar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima quarta-feira. O substitutivo apresentado pelo relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), poderá ainda receber emendas, ou ser definitivamente adotado sem votação, caso isso não ocorra. Também dentro da reforma política, a CCJ apreciará o projeto de lei, do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação. A matéria tem parecer favorável do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), com emenda aditiva. Outro projeto a ser examinado é o do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que estabelece normas para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. O parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é pela rejeição.

Comissão Mista de Orçamento aprecia créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se na terça-feira, às 18h, para apreciar três projetos abrindo crédito suplementar destinado ao Ministério da Previdência e Assistência Social (R\$ 84,97 milhões) e créditos especiais para os Ministérios da Ciência e Tecnologia; dos Transportes; e do Meio Ambiente (totalizando R\$ 187,58 milhões) e o Senado (Prodasen e Interlegis, no valor de R\$ 190 mil).

Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comissão apreciará na mesma reunião relatório sobre a construção de edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

CAS analisa com Martus Tavares recursos para combate à pobreza

Uma audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para discutir os recursos do Orçamento da União para a área social, sobretudo os obtidos dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através de financiamentos externos destinados ao combate à pobreza, abre os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), na quarta-feira, às 9h.

Logo em seguida, a CAS aprecia projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS) que dispõe sobre a criação dos conselhos federal e regionais da profissão

de técnico agrícola e duas outras matérias que tratam da liberação do FGTS para pagamento de mensalidades de cursos médio e superior. A primeira proposta é de autoria do senador Paulo Hartung (PSDB-ES) e a segunda, da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

Ainda na agenda de votação, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que possibilita aos hospitais universitários obterem recursos provenientes de internações hospitalares. A matéria tem parecer, pela aprovação, do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC)



A CAS vota também projeto que libera FGTS para pagamento de mensalidade escolar

Bezerra atribui impopularidade a erros na condução da economia

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou ontem a condução da economia, que estaria provocando a baixa popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Bezerra, apesar de ter quase três anos e meio de mandato pela frente, já se identifica no governo a "melancolia típica de quem já não pode iniciar nada, por estar para deixar a poltrona presidencial".



Para Carlos Bezerra, descaso com o social é pior que desequilíbrios

— Esse é o resultado da política econômica do governo: indústria desmantelada, agricultura devastada, povo sem emprego, tensão social crescente e banqueiros sorrindo de orelha a orelha. Alguma coisa está terrivelmente errada e é a condução da economia pelo paradigma neoliberal — declarou.

Bezerra acredita que faltou substância ao Plano Real — "que não foi muito mais que uma jogada eleitoral" —, submisso a interesses internacionais. Assim, ele entende que a "mágica" da equipe econômica foi baseada no "escancaramento" das fronteiras à importação e na manutenção de taxas de juros "elevadíssimas".

— Por um lado, inundava-se o mercado de mercadorias a baixo preço. Para compensar o desequilíbrio da balança comercial, atraíam-se capitais especulativos para fechar o balanço de pagamentos. O país, que havia progredido extraordinariamente, passou praticamente a ser mais uma república bananeira, exportadora de

commodities — disse.

Foi assim, continuou Bezerra, que setores desenvolvidos e modernos da economia acabaram sufocados pela abertura comercial, a exemplo da indústria de autopeças. Como resultado, o senador apontou o recuo da produção industrial em 3,2% no primeiro semestre deste ano, a queda de 0,4% do Produto Interno Bruto e o conseqüente aumento

do desemprego.

O senador avaliou que a agricultura também foi afetada pela política econômica do governo. Na sua opinião, o setor primário foi e continua a ser um dos sustentáculos da estabilidade de preços e está sendo "estragulado pelos juros escorchantes".

— Os preços de alimentos estão comprimidos, mas não os dos insumos para produzi-los, a começar pelos combustíveis que movimentam tratores. Isso para não mencionar o custo dos financiamentos — disse Bezerra, que condenou os lucros "inéditos" registrados pelos bancos no país.

A onda de protestos que chegou a Brasília nos últimos dias é, para o senador, um indício do descontentamento generalizado da população com a política econômica. Ele acredita que faltou ao presidente vontade política e energia para defender o interesse nacional. Bezerra observou, ainda, que o descaso com as questões sociais é pior que o desequilíbrio econômico.

Quintanilha acredita na superação das dificuldades

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou estar seguro de que o presidente Fernando Henrique Cardoso superará as atuais dificuldades e terminará seu mandato como um dos presidentes mais populares do Brasil.

— Já se registram os primeiros indícios de retomada de crescimento, segundo o IBGE. Há entrada maciça de investimentos estrangeiros e o desemprego começa a cair. O plano plurianual do governo reúne providências que viabilizarão o crescimento e o combate à pobreza — ressaltou Quintanilha.

O senador pelo Tocantins reconhece, porém, haver problemas graves que não podem esperar. "Não é por acaso que Brasília está sendo palco de duas manifestações consecutivas — a dos produtores rurais e a dos trabalhadores", comentou Quintanilha, que elogiou a decisão dos agricultores de se retirarem da Esplanada "para não serem confundidos com um movimento



Quintanilha aponta indícios de retomada do crescimento

de cunho ideológico".

Segundo Quintanilha, o resultado mais importante das duas manifestações é demonstrar que a democracia brasileira está amadurecida. "Todos precisam ter espaço para suas reivindicações", ponderou, acrescentando que o governo deve ouvir os manifestantes "porque as críticas podem contribuir para aperfeiçoar o rumo de algumas políticas governamentais".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o jornalista Carlos Heitor Cony, que comparou Fernando Henrique Cardoso a uma visita que está incomodando os moradores da casa e por isso precisa se retirar. Também em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) discordou, lembrando que o presidente da República não foi convidado ao cargo, mas eleito por grande maioria de votos. "É preciso reconhecer a postura democrática do governo permitindo todas as manifestações", concluiu Jucá.

Senadores debatem crise e marcha na Esplanada

Por razões diferentes, senadores manifestaram expectativa de mudanças na economia e na política após a marcha na Esplanada dos Ministérios, ontem. Ademir Andrade previu alterações radicais na política como consequência do movimento. Iris Rezende,



Leomar Quintanilha e Luiz Otávio também acreditam em mudanças, mas provocadas pela retomada do crescimento econômico. Carlos Bezerra atribui a impopularidade do governo a erros na economia e Casildo Maldaner pede atenção ao clamor das ruas.

Iris apela a parlamentares governistas para que manifestem solidariedade a FHC

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) apelou à base de sustentação do governo no Congresso para que se solidarize com o presidente da República, “ neste momento em que a oposição realiza sua maior manifestação contra Fernando Henrique”. Ele atribuiu os baixos índices de popularidade do governo à coragem para tomar medidas antipáticas, “que a médio e longo prazos irão consolidar a justiça social, apesar de ferir os interesses de certos grupos”.



Iris diz que medidas antipáticas irão consolidar justiça social

Iris fez um resumo da história política e econômica do Brasil para concluir

que o atual presidente encontrou um quadro marcado por graves problemas, gerados ao longo de décadas. “Se o presidente Fernando Henrique quisesse subir nas pesquisas de opinião, bastava permitir a volta da estabilidade dos funcionários públicos, ou deixar a Previdência como estava”, sintetizou.

O senador lembrou sua participação ao lado do presidente na luta pela restauração da democracia. “As condições de segurança e liberdade que a democracia proporciona permitem que os opositores realizem essa mobilização”, afirmou.

mou Iris, que considerou a “Marcha dos 100 Mil” um ato normal no regime democrático.

Iris, que foi ministro da Justiça no primeiro mandato de Fernando Henrique, alertou para a existência de alguns “falsos líderes” no movimento. “Tentam tirar proveito de algum descontentamento momentâneo da população, pretendem interromper o ciclo democrático”, acusou.

Para o senador, estão equivocados aqueles que torcem para o “quanto pior melhor”. “Onde está a recessão de 5 a 7% do PIB, proclamada há pouco? Onde está a inflação de 50 a 70% anunciada por eles? Onde estaria o país se tivéssemos ido atrás dos profetas do abismo?”, perguntou Iris Rezende.

Representantes de três partidos apóiam discurso

O discurso do senador Iris Rezende pedindo o apoio da base do governo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, frente aos protestos da oposição, provocou manifestações favoráveis em plenário. O senador José Fogaça (PMDB-RS) alertou para o fato de que movimentos pró-renúncia podem levar a golpes militares.

— Não estou dizendo que a “Marcha dos 100 Mil” é golpista. Não pela moderação da oposição, mas, sim, porque há um governo com um projeto para a sociedade — esclareceu o senador. Para Fogaça, os que estão contra Fernando Henrique cometem o erro de exigir que o governo já tenha tomado as iniciativas para encontrar todas as soluções para um conjunto de problemas que são em boa parte históricos.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) aproveitou o aparte para elogiar o papel desempenhado pelo presidente

da República “no momento de transição pelo qual passa o país”. Tuma também defendeu o apoio da base governista no Congresso.

— O presidente precisa de apoio, pois, sozinho, não conseguirá resolver as dificuldades que o país atravessa — assegurou.

Posição semelhante manifestou o senador Romero Jucá (PSDB-RR). “O Brasil tem rumo e também dificuldades. Temos a responsabilidade de fazer essa transição.” Já o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) duvidou da eficácia da estratégia escolhida pela oposição, ao nomear a manifestação de “Marcha dos 100 Mil”. Pouco antes da hora marcada para a “Marcha”, o senador pelo Rio Grande do Norte previa um número inferior de presentes. “Pode

ser que o cacife não dê para tanto”, ironizou.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) também manifestou seu apoio ao Planalto. No entanto, reconheceu a legitimidade do protesto dos produtores rurais. “Em comparação ao ano passado, este ano houve uma queda de 30% na compra dos insumos agrícolas”, exemplificou.

Bezerra criticou a falta de articulação da equipe econômica, no momento de promover a abertura da economia. “Enquanto os produtos de fora encontraram todas as facilidades para entrar em nosso país, aconteceu o contrário com as nossas exportações”, lamentou o senador.



Fogaça alerta para riscos de pregações em favor de renúncia

Luiz Otávio defende retomada do crescimento

Medidas que provoquem a retomada do crescimento econômico restabelecerão a confiança da população nos rumos do país, previu o senador Luiz Otávio (PPB-PA). “É necessário fortalecer a convergência política em favor da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação complementar à reforma da Previdência, núcleo dos problemas fiscais brasileiros”, enumerou.

O senador reconheceu que há algum nível de insatisfação na socie-

de, mas considera que o país está se reerguendo “com vigor e velocidade surpreendentes”.

— Equivocam-se aqueles que supõem que os sentimentos de medo e angústia sejam superiores à esperança da população de que dias melhores virão. Quanto maiores forem os passos em direção à mudança do regime fiscal brasileiro, mais consistentes serão a queda dos juros e a aceleração do crescimento e da geração de empregos — analisou.

Luiz Otávio fez ressalvas ao que considerou “motivações insensatas e autoritárias” que estariam presentes na “Marcha dos 100 Mil”. “É o caso de perguntar a quem interessa a deterioração de um processo de recuperação que se afigura extremamente favorável. A quem beneficia?”



Luiz Otávio vê motivação insensata na marcha

Ademir prevê “mudanças radicais” na política nacional

“A política brasileira haverá de sofrer mudanças radicais daqui para frente”, disse o senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao comunicar ao plenário sua participação na “Marcha dos 100 Mil”, promovida pelas oposições. O senador destacou o caráter ordeiro e pacífico da manifestação, que considerou “bonita e legítima”, e disse que o ato foi um recado do povo para o governo.

— Se o país não partir para o crescimento, os próximos protestos poderão não ser tão pacíficos assim — alertou.

Para o senador, as razões do protesto são fáceis de entender. “O povo não suporta mais a dificuldade de sobrevivência, a violência e o caos institucionalizado no país.” Ademir Andrade informou que mais de 150 parlamentares de vários partidos, inclusive da base parlamentar do governo,



Ademir Andrade observa que ato foi um recado do povo

entregaram um abaixo-assinado ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, com cerca de 1,3 milhão de assinaturas de eleitores, pedindo que o Congresso instale uma CPI para investigar a privatização do sistema Telebrás. Para ele, ficou claro que houve tráfico de influências na privatização do setor das telecomunicações.

— É por isso que defendemos a CPI, porque não temos a menor dúvida de que chegaremos à comprovação de que o presidente não agiu com honestidade na privatização do sistema de telecomunicações e, evidentemente, marcharíamos para o impeachment — explicou.

Ao lembrar que a oposição está sendo acusada de golpismo, Ademir Andrade disse que as lideranças do movimento têm consciência de que “só chega-se ao impeachment através de processo”.

Maldaner pede atenção do governo ao clamor das ruas

O governo não pode ignorar o clamor das ruas, disse o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), citando as diversas manifestações populares em oposição ao governo federal, como a greve dos caminhoneiros, a mobilização dos produtores rurais e a “Marcha dos 100 Mil”.

— O governo precisa ir aos locais onde há problemas e discutir as questões que estão afligindo a população, procurando aliviar as tensões e encontrar as soluções. É preciso equacionar questões que podem ser perigosas com o tempo — alertou.

O senador não duvida do empenho do presidente Fernando Henrique Cardoso em vencer as dificuldades econômicas e financeiras, iniciadas com a crise mundial que acabou provocando a desvalorização do real em janeiro deste ano. “O esforço feito pelo governo na execução de uma política de austeridade começa a disseminar um quadro complexo de tensões na sociedade, obrigando a todos a uma séria



Casildo Maldaner afirma que não há prova para impeachment

reflexão a respeito do que podemos fazer para restabelecer um mínimo de tranquilidade social”, analisou.

Comentando a “Marcha dos 100 Mil” e o pedido feito pela oposição de instauração de processo contra o presidente, Maldaner disse que não há qualquer elemento que justifique um impeachment de Fernando Henrique. Ele lembrou que não há provas de qualquer ato de corrupção com o col-

nhecimento ou conveniência do presidente, durante o processo de privatização das empresas do sistema Telebrás.

O senador reconheceu que a oposição tem o direito democrático de manifestar seu inconformismo, desde que “não ultrapasse as fronteiras do estado de direito”.

— Temos o dever da solidariedade com o presidente da República, mas isso inclui sinceridade em apontar eventuais falhas, que são naturais na ação humana, contribuindo para que se encontrem os caminhos mais adequados — defendeu.

Lando vê reforma agrária como geradora de empregos

A desconcentração de terras no país é apontada pelo senador como pré-requisito para a retomada do desenvolvimento econômico e social

A reforma agrária é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico e social do país, disse ontem o senador Amir Lando (PMDB-RO), salientando que para realizá-la é preciso decisão política inabalável. "Essa é a maneira mais barata de gerar empregos", destacou.

Amir Lando lembrou que o tema da divisão de grandes propriedades gera discussões desde que a primeira lei agrária foi feita, na Roma antiga. "O Brasil tem 500 anos de latifúndio, e os latifundiários representam um setor social que sempre teve força política para frear tentativas de divisão da propriedade", disse o senador. Ele narrou problemas agrários enfrentados em Rondônia e citou a região amazônica como uma área de muitos latifúndios e terras cultiváveis. "Terra precisa ser produtiva e não apenas dar lucro", defendeu.

À época da criação do Estatuto da Terra, durante o governo Castello Bran-



Amir Lando lembra que o tema tem gerado discussões desde a Roma antiga

co, recordou o senador, 20% dos proprietários detinham 80% das terras no Brasil. Atualmente, depois de 34 anos de ação governamental no âmbito da reforma agrária, o quadro de concentração de propriedades aumentou: 10,7% dos proprietários detêm 80% das terras. Isso, na opinião do senador,

"significa uma frustração brutal do processo de reforma agrária".

Amir Lando ressaltou que a concentração cada vez maior das propriedades é acompanhada de uma demanda também cada vez maior da sociedade por terras. Ele citou dados do IBGE, segundo os quais existem hoje 4,5 milhões de sem-terra no Brasil, número próximo ao divulgado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é de 4,8 milhões.

Para o senador, falta ação dos órgãos do governo. "A reforma agrária precisa sair da mídia e passar para o campo", defendeu. Ele afirmou que considera ilegítimas as invasões de terras, mas observou que a falta de ação governamental pode "levar as pessoas a verem a revolta como única forma de solução" e alertou para o perigo do surgimento de um movimento de guerrilha no Brasil.

Paulo Souto reivindica mais apoio à indústria cacaveira

O senador Paulo Souto (PFL-BA) voltou a pedir ao governo federal mais apoio para a indústria cacaveira do estado da Bahia, através de investimentos do BNDES e do Banco do Brasil. Ele fez a solicitação ao registrar o início da colheita do cacau clonado na região sul do estado, o que demonstra, a seu ver, que os produtores estão se aperfeiçoando cada vez mais com o objetivo de aumentar e melhorar a produção.

Paulo Souto também enalteceu a instalação, na Bahia, de uma grande indústria de serralheria que vai gerar mais emprego e renda para o estado. A indústria, com um investimento inicial

de US\$ 50 milhões, segundo informou, assumiu a responsabilidade de preservar as florestas de eucaliptos, localizadas na Mata Atlântica.

Na oportunidade, o senador também registrou a inauguração de mais um aeroporto na Bahia, na região de Comandatuba. Ele disse que o novo aeroporto vai impulsionar ainda mais o turismo no estado.

Por fim, comunicou que hoje visitará, na companhia do governador da Bahia e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, as obras da barragem de Porto Novo. A seu ver, a barragem, quando concluída, irá proporcionar um novo ciclo de



Paulo Souto registrou a inauguração de um aeroporto na região de Comandatuba

desenvolvimento na região.

O senador Antonio Carlos Magalhães, em aparte, garantiu que a Bahia "colhe agora bons frutos" em virtude da continuidade administrativa, da qual Paulo Souto fez parte quando governou o estado.

Eduardo pede construção de aeroporto em Palmas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu ontem a construção de um aeroporto definitivo para a cidade de Palmas, capital do Tocantins. "Palmas cresce 30% ao ano, é uma cidade organizada, mas ainda tem um aeroporto provisório, que fica no coração da cidade, perto de uma avenida, trazendo risco sério à po-



Eduardo Siqueira Campos não vê necessidade de contrapartida estadual

pulação", afirmou.

O senador contou que tem participado de audiências com representantes do Comando da Aeronáutica, da Infraero e com o ministro da Defesa, Elcio Alvares, para pedir a construção da obra, que, segundo informou, deverá custar R\$ 50 milhões. Eduardo Siqueira Campos considera que o governo do estado não precisa con-

tribuir com mais recursos, pois já gastou cerca de R\$ 15 milhões com terrenos e obras de infra-estrutura nas proximidades do local onde deverá ser construído o aeroporto.

— Já existe dinheiro no orçamento da Infraero para a construção do aeroporto. É inaceitável a contrapartida de 40% pedida ao governo do estado, pois ela já foi dada — disse Eduardo Siqueira Campos.

O contato mais recente do senador para tratar do assunto foi com o ministro da Defesa, Elcio Alvares, na última quarta-feira. Eduardo Siqueira Campos disse que o ministro foi atencioso com o pedido e que sua expectativa é de que a Aeronáutica e a Infraero viabilizem logo a obra do novo aeroporto.

São Paulo teve mais sorte que agricultores, lamenta Maggi

O senador Blairo Maggi (sem partido-MT) criticou ontem o fato de o governo federal ter aprovado a renegociação da dívida do município de São Paulo e não ter atendido às reivindicações dos agricultores, que se mobilizaram em Brasília por uma semana a fim de conseguir melhores termos para o cálculo de suas dívidas junto a instituições financeiras.

— O prefeito, um malandro que quase foi cassado, sozinho tem mais força que todos os agricultores brasileiros — afirmou Maggi, lamentando que o movimento dos agricultores tenha deixado a capital sem conquistas.

Baseado em matéria do *Jornal do Brasil*, Maggi disse que, em uma única conversa com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o prefeito Celso Pitta conseguiu renegociar, por 30 anos e juros entre 6% e 8%, a dívida municipal de cerca de R\$ 9 bilhões.

— Este país realmente não é sério. Não tem solução para as coisas. Um setor responsável por 45% do PIB não tem o mínimo respeito por parte do governo. Isso fica sem explicação — reclamou.

Maggi lembrou que dezenas de



Maggi acredita que o prefeito Celso Pitta demonstrou mais força do que os produtores

senadores manifestaram-se nas últimas semanas pedindo que o governo recebesse os produtores rurais para uma negociação que lhes garantisse condições de continuar cultivando a terra.

— Parece que não sabemos falar ou o governo é que não tem ouvidos. Pitta deve ter uma lábia muito grande, pois em uma conversa consegue fazer o que milhares de agricultores, centenas de entidades e dezenas de senadores não conseguimos — disse.

Nabor informa que Acre receberá R\$ 144 milhões

O Acre deverá receber R\$ 144 milhões em verbas orçamentárias, a partir de convênios e protocolos assinados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o governo do estado, segundo informou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), em discurso no plenário.

Os convênios e protocolos foram assinados durante visita do presidente, na última sexta-feira, ao Acre. Nabor Júnior disse que a visita foi importante para o estado e que os recursos propiciarão à região desenvolvimento econômico e progresso social.

— O chefe do governo fez questão de prestigiar as administrações municipais, endereçando-lhes dotações específicas para aplicação local, além daquelas destinadas ao governo do estado. A visita do presidente Fernando Henrique, para mim, foi particularmente grata, devido às demonstrações de respeito e de amizade que dele recebi em todos os eventos — afirmou.

O senador disse ainda que Fernando Henrique foi bem recebido no Acre: "Todos os setores da sociedade acreana se uniram para dar as boas-vindas ao chefe do governo, mostrando que as boas normas de educação e de respeitosa cortesia, que sempre caracterizaram seu povo, permanecem íntegras, prontas



Nabor Júnior ressaltou que recursos orçamentários prometidos precisam ser liberados

para atender à importância dos eventos que as exigem".

Nabor Júnior ressaltou que os recursos orçamentários prometidos precisam, em seguida, ser materializados, pois no ano passado o estado não obteve verbas previstas no orçamento, devido ao contingenciamento das dotações, principalmente daquelas vinculadas à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Segundo o senador, cerca de 80% de todas as dotações que eram gerenciadas sob a rubrica financeira da SAE foram sobrestadas, ou seja, seus créditos foram suspensos e poderão ser simplesmente cancelados pelo governo, como já aconteceu em anos anteriores.

Mauro elogia adoção de agenda de compromissos por educação e paz

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) enalteceu a iniciativa do governo federal de criar a agenda de compromissos chamada de Convocação Nacional pela Educação para a Paz, já acatada pelo estado de Goiás. A agenda, além de conter 17 propostas que visam fortalecer os valores democráticos, a defesa da cidadania e a promoção da justiça social, se insere no espírito do chamado Manifesto 2000 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que comemora, no ano que vem, o Ano Internacional da Cultura de Paz.

Segundo o senador, o Manifesto 2000, sob o tema Movimento Global para o Ano Internacional da Cultura de Paz, é um *site* lançado na Internet, no qual o internauta é convidado a aderir à promoção e defesa mútua da cultura de paz. O objetivo, no Brasil, é recolher mais de dois milhões de assinaturas.



Mauro revelou que o estado de Goiás é um dos pioneiros na adoção da agenda

De acordo com o senador, a agenda de compromissos do governo brasileiro se insurge contra o recrudescimento da violência, sugerindo a divulgação e o debate nas escolas do Manifesto 2000 da Unesco:

— Não nos resta outra atitude senão louvar a ação da Unesco e do estado de Goiás, na luta incansável pela paz — observou Mauro Miranda.

Jucá critica fechamento do Congresso na Venezuela

Senador de Roraima considera lamentável que país vizinho esteja “sucumbindo ao populismo de Hugo Chavez”

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou ontem preocupação com a situação política da Venezuela. “A Assembléia Constituinte, eleita para escrever uma nova Constituição, decidiu intervir na Suprema Corte e, mais recentemente, fechar o Congresso, que marcou reunião para a próxima segunda-feira para decidir os rumos de sua atuação. Não sabemos o que virá desse enfrentamento”, disse ele.

Para Jucá, é “lamentável” que a Venezuela esteja sucumbindo ao populismo de Hugo Chavez, presidente que foi eleito com 56% dos votos e que lidera os integrantes da Constituinte. “O Congresso, no entanto, é de maioria oposicionista, bem como a Suprema Corte. Por causa dessa situação,



Jucá criticou Lula por ter chegado a defender o modelo adotado por Hugo Chavez

a atividade econômica da Venezuela já caiu 10% e tudo indica que cairá mais”, afirmou.

O senador por Roraima fez um paralelo entre a Venezuela e o Brasil.

“Nós enfrentamos dificuldades, mas há espaço para protesto democrático de grupos que estão até pedindo afastamento de FHC. Lula chegou a defender o modelo de Chavez. É isso que o PT quer: fechamento do Congresso e cerceamento da liberdade da Justiça?”, perguntou.

Ao concluir seu pronunciamento, Romero Jucá disse serem “legítimas” as manifestações de protesto. “Mas não podemos aceitar roubo de alguns que nunca se conformaram com o resultado das urnas”, disse.

— Quem quiser julgar o presidente Fernando Henrique, deve esperar até o fim de seu mandato. O Brasil tem rumo e tem liberdade. As dificuldades serão superadas, é esperar para ver — afirmou.

Luiz Otávio defende a exploração econômica do mar territorial

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) defendeu ontem a exploração pelo Brasil de cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados de mar ao longo de nossa costa, como forma de incrementar o desenvolvimento econômico e combater o desemprego. De acordo com o senador, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar concedeu ao Brasil direitos exclusivos de soberania sobre esta área, denominada Zona Econômica Exclusiva.

Luiz Otávio salientou que a zona costeira brasileira abrange 17 esta-

dos e aproximadamente 400 municípios, que poderiam ser sustentados com a exploração sustentada das 200 milhas marítimas:

— É do mar que extraímos a maior parte da nossa produção de petróleo. Em nossa zona costeira são gerados mais de 50% do PIB e vale ressaltar que é pelos portos que transitam mais de 95% das mercadorias do comércio internacional brasileiro. Como justificar então que estejamos de costas para a nossa costa? — pergunta, ressaltando ainda o potencial turístico das cidades litorâneas brasileiras.

O assunto foi tratado pelo senador com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. A intenção de Luiz Otávio é sensibilizar o governo para a inclusão no Plano Plurianual de 2000 a 2003, que será lançado em Brasília, na próxima semana, de mecanismos de incentivo à exploração marítima:

— Sabemos da sensibilidade do ministro e do presidente Fernando Henrique Cardoso para fazer com que o nosso litoral seja também uma prioridade no Plano Plurianual — observou o senador pelo Pará.

Alcântara pede campanha para que Brasil racionalize o uso da água

Uma ampla campanha de conscientização sobre os problemas de escassez e contaminação das águas, em nível nacional e em caráter emergencial, foi solicitada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo o senador, é necessário que o governo dê prioridade à implantação de um plano que “estabeleça metas e estratégias para o uso racional dos recursos hídricos do país”.

De acordo com o senador pelo Ceará, é preocupante saber que 97,5% da água disponível no globo terrestre são salgados — oceanos e mares — e que o estoque de água doce é ínfimo, “sendo que a maior parte encontra-se em geleiras e em áreas de difícil acesso, restando apenas 0,007% de água doce para o consumo humano, oriunda de rios, lagos e da atmosfera terrestre”.

Alcântara citou reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual cerca de 1,4 bilhão de



Alcântara revelou que 1,4 bilhão de pessoas do planeta não dispõem de água limpa

habitantes não têm acesso a água limpa no planeta e que a cada oito segundos, uma criança morre vitimada de doenças hidrotansmissíveis. “A existência de água contaminada por parasitas e microorganismos é tão grande que se estima que 80% das enfermidades no mundo são contraídas por causa

das águas poluídas”, acrescentou.

Lúcio Alcântara destacou, ainda, que o uso de produtos na agricultura é responsável pela contaminação dos recursos hídricos. Ele citou, como exemplo, um dos principais mananciais de água da América do Sul, o aquífero Botucatu, que abrange vários estados do Brasil e países como Argentina, Uruguai e Paraguai, com uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, que corre risco de contaminação por herbicidas em um de seus pontos de afloramento em Ribeirão Preto (SP):

— É preciso dinamizar o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água, para esclarecer a sociedade brasileira sobre a importância do uso racional de água para gerenciar com eficiência os abundantes recursos hídricos de nosso país, impedindo a contaminação dos nossos mananciais — frisou Lúcio Alcântara.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Ginástica Olímpica
7h30 — *Especial Unip* — Drogas
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Pedro Piva fala sobre o incentivo ao esporte amador
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador Pedro Piva fala sobre

o incentivo ao esporte amador
13h — *Cores do Brasil* — Sergipe
13h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata (reapresentação)
14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
19h30 — *Especial sobre Getúlio Vargas*
20h30 — *Entrevista* — O senador Pedro Piva fala sobre o incentivo ao esporte amador
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata (reapresentação)
22h30 — *Programa Síntese*
23h30 — *Espaço Cultural* — Apresentando o violonista Sebastião Tapajós

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Plenário votou nesta semana nove matérias

A proibição das coligações partidárias em eleições proporcionais e a instituição de uma política nacional de educação em direitos humanos são algumas das propostas aprovadas pelos senadores

Nove matérias foram apreciadas esta semana pelo plenário do Senado. Entre elas, a que muda o Código Eleitoral para proibir coligações partidárias nas eleições proporcionais, restringindo-as às eleições majoritárias – ou seja, para presidente da República, governador, prefeito e senador. Também foi aprovado projeto que institui uma política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio do país.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou norma possibilitando aos partidos sem caráter nacional se unirem em federações para ter acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão. Os partidos que alcançarem no mínimo 5% dos votos apurados para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles, terão acesso ao horário gratuito e poderão ratear 99% dos recursos do fundo partidário.

Se atenderem a essas exigências, as federações partidárias terão o mesmo direito. Elas deverão atuar nacionalmente como se fossem uma única agremiação partidária, garantida a identidade e a autonomia dos partidos que as integram. O 1% restante dos recursos do fundo partidário se destinará às legendas que tenham seus estatutos registrados no Superior Tribunal Eleitoral. Antes de seguir para a Câmara, a matéria – um substitutivo de Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador José Agripino (PFL-RN) – ainda será votada em turno suplementar.

A CCJ também aprovou substitutivo de Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional de José Eduardo Dutra (PT-SE), estabelecendo a obrigatoriedade de desincompatibilização dos candidatos à reeleição para cargos executivos – presidente da República, governadores e prefeitos. Os detentores desses cargos ou quem os houver sucedido no curso do mandato deverão renunciar 180 dias antes das elei-

ções. A matéria ainda será votada em plenário.

Entre as nove iniciativas examinadas esta semana em plenário, além da proibição de coligação nas eleições proporcionais e da instituição de uma política nacional de educação em direitos humanos, foram renovadas as concessões de quatro emissoras de rádio e aprovados um acordo de cooperação com os Estados Unidos sobre o uso pacífico de energia nuclear e outro sobre serviços aéreos com o governo cubano, além de ter sido autorizado o reescalonamento de crédito junto à República da Guiné.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou projeto fundindo, num só texto legal, as carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria. Os senadores da CRE ouviram o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia, sobre a crise enfrentada pela Colômbia e sobre a necessidade de fortalecimento do Mercosul. Já na Comissão de Educação houve aprovação de renovação de concessões outorgadas a cinco emissoras de rádio.

A CPI do Sistema Financeiro ouviu os depoimentos de Gustavo Loyola e Gustavo Franco, ex-presidentes do Banco Central. O primeiro defendeu a aplicação de R\$ 20 bilhões de recursos do Proer (Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro) na salvação de bancos em crise. O segundo garantiu que não houve fraude nas remessas do Fiex (Fundo de Incentivo à Exportação) para o exterior. A CPI do Judiciário ouviu o juiz Aluizio Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, refutar acusações feitas contra sua administração.



Plenário também aprovou acordo com os Estados Unidos para uso pacífico da energia nuclear

Álvaro Dias propõe prova de identidade para sócios de empresas

Projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), já encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão em caráter terminativo, estabelece a obrigatoriedade de prova de identidade para todos os sócios de empresas mercantis e civis e o reconhecimento de firma nos documentos dessas empresas levados ao arquivo nas juntas comerciais.

O senador pelo Paraná argumenta, em sua justificativa, que, além de ser grande o número de fraudes realizadas através de “empresas fantasmas”, muitos cidadãos têm sido chamados a responder processos, na condição de sócios, por sociedades das quais ja-



Álvaro Dias: “Forma de conferir autenticidade aos atos das empresas”

mais tiveram conhecimento, pelo fato de terem seus nomes nos atos constitutivos dessas empresas.

Na proposta, Álvaro Dias, embora estabeleça a exigência de prova de identidade a todos os sócios de empresas mercantis e civis, exclui os da sociedade por ações, em virtude do número e da dispersão dos acionistas e da frequência com que ocorrem as transferências acionárias.

O senador explica, ainda, que tais medidas não devem ser entendidas como “uma tendência à burocratização do registro público, mas, sim, como uma forma de conferir autenticidade aos atos das empresas mercantis e civis”.

Projeto de Luiz Estevão aumenta recursos para entidades esportivas

As entidades desportivas que recebem receita de bingo poderão ter sua participação mínima aumentada de 7% para 15%. O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou, com esse objetivo, projeto que tramitará pelas comissões de Educação e Assuntos Econômicos.

O senador entende que a atual distribuição dos recursos oriundos dos bingos não se presta ao fomento do desporto.

– Quando permitiu a organização de jogos de bingo, o governo federal tinha como objetivo angariar recursos para o fomento do desporto. Entendemos que a distribuição atual dos recur-



Estevão: nova repartição da receita dos bingos

sos não atende aos interesses e necessidades do principal ente do processo: as entidades desportivas – afirmou Luiz Estevão.

Governadores nordestinos discutem ajuste fiscal

Governadores de estados da região Nordeste estarão na próxima terça-feira, a partir das 17 horas, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para, em audiência pública, discutir o ajuste fiscal proposto pelo governo federal e a formação de uma frente para a implementação de políticas especiais voltadas para estimular o desenvolvimento regional. Os governadores atendem a convite feito pelo presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Prazo para restituir IR é analisado pela CAE

O projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa o prazo de até 60 dias para que seja restituído ao contribuinte o Imposto de Renda retido na fonte será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima terça-feira, a partir das 10h. O relator da matéria é o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que apresentou substitutivo.

Presidida pelo senador Ney Suassuna, a CAE apreciará também o projeto que estabelece isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais. O autor do projeto, que tem parecer favorável do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), de acordo com emenda substitutiva, é o senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Na mesma reunião, os integrantes da comissão examinam o projeto de lei, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que concede incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fim lucrativo, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes. A matéria tem parecer contrário do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Piva quer destinar 10% da receita de loteria para o Comitê Olímpico

Em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje às 8h30 e às 20h30, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) fala de projeto de sua autoria que destina 10% da arrecadação bruta dos concursos lotéricos para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). O senador destaca o grande alcance social do projeto, que, segundo ele, “vai tirar centenas de mi-

lhares de pessoas das ruas”.

Pedro Piva diz que o descaso do poder público e do investidor privado para com o esporte amador é evidente, citando como exemplo a recente realização dos Jogos Pan-Americanos. “Precisamos do esporte para a educação. O esporte leva o país para além das suas fronteiras.”